

# Políticas de educação superior no Brasil, desenvolvimento econômico e inserção internacional<sup>1</sup>

Angelo Brigato Ésther  
Universidade Federal de Juiz de Fora – Brasil  
*e-mail*: angelo.esther@ufjf.edu.br

## Resumo

A partir do governo Fernando Henrique Cardoso, as políticas públicas para o setor passam a ser direcionadas para o desenvolvimento econômico segundo os princípios capitalistas liberais dentro da reforma do Estado. Os governos seguintes e o atual mantiveram tal orientação, atribuindo às universidades federais um papel central neste processo. Embora a partir do governo Lula os dirigentes universitários tenham sido chamados a participar de discussões, o país ainda preserva, fundamentalmente, sua matriz autoritária de decisão política e de formulação de políticas públicas. Isto inclui a busca do desenvolvimento econômico e da inserção internacional sem que discuta acerca dos significados destas políticas.

**Palavras-chave:** universidade pública; desenvolvimento econômico; inserção internacional.

## Introdução

Criação tardia, a universidade brasileira tem sido alvo de críticas desde então. Ao mesmo tempo, tais críticas têm facetas diversas, sejam de caráter operacional e de gestão, sejam de caráter político-ideológico, sejam quanto à sua natureza e papel. Também é importante que se considere a universidade no contexto do ensino superior, o que leva a se considerar tanto o papel das instituições públicas quanto das privadas, embora o foco aqui sejam as primeiras.

Embora haja alguma polêmica, geralmente é aceito que a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro foi a primeira a ser criada no Brasil, em 1920. Se os republicanos positivistas eram refratários à criação de uma universidade por ela representar uma instituição do “antigo regime”, foram eles que a criaram em âmbito federal num momento em que o governo central buscava maior centralização de poder em relação aos estados da federação<sup>2</sup>. Neste momento, e durante certo tempo, pode-se afirmar que não havia exatamente uma ideia de universidade, a despeito do objetivo nacional de se criar uma nação moderna, compatível às aquelas mais desenvolvidas, incluindo países europeus e os Estados Unidos. Por outro lado, havia um projeto

---

<sup>1</sup> O autor agradece a CAPES pela bolsa de pós-doutoramento (processo 6410-10-3), cujo relatório de pesquisa é a matriz original deste artigo.

<sup>2</sup> Ésther (2012a)

educacional para o país, em que o ensino primário (especialmente este) e o ensino secundário eram prioritários<sup>3</sup>, até porque o índice de analfabetismo era muito elevado. O nível superior era, portanto, um objetivo pouco relevante<sup>4</sup>.

Somente quando Getúlio Vargas assume a presidência a universidade passa a ser considerada uma instituição de interesse, na medida em que ela pode ser utilizada para o alcance do projeto modernista. Sua concepção é a de “universidade técnica”, e seu principal papel é a formação de mão de obra para o mercado, sobretudo com a implantação do Estado Novo, em 1937. Na prática, a orientação oficial para a educação é imposta – aliás, toda a orientação político-ideológica para o Estado –, sem que haja um debate democrático acerca de *qual educação* e *qual universidade* se desejavam e seriam necessárias ao país<sup>5</sup>.

As universidades somente deixam de ser consideradas um ator social periférico no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial<sup>6</sup>. Ao que parece, tal afirmação se aplica ao caso brasileiro. Após o Estado Novo, que termina em 1945, começam movimentos em direção a construção de um Estado de bem estar social, dentro de uma orientação desenvolvimentista e nacionalista, que culmina com a eleição de Juscelino Kubstchek (JK -1956-1961), passando por Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). A política de JK (“Plano de Metas”), cujo lema era “50 anos em 5”, era baseada no processo de substituição de importações, dentro de uma lógica de interiorização, integração nacional e urbanização acentuada, sendo o Estado o grande agente estratégico de planejamento macroeconômico, de geração de empregos por meio de gastos públicos, favorecendo a entrada do capital estrangeiro no país. A industrialização constituiu o centro do programa. Do ponto de vista da educação superior, são criadas novas universidades, mantendo-se a orientação governamental de preparação da mão de obra para o mercado de trabalho, a despeito da criação da Universidade de Brasília, cujo caráter poderia ser resumido como “desinteressada”, ou seja, acima de quaisquer interesses específicos, sendo sua autonomia acadêmica o fundamento de sua ação.

---

<sup>3</sup> Ésther (2012c).

<sup>4</sup> Ésther (2012a)

<sup>5</sup> Ésther (2012a).

<sup>6</sup> Gunasekara (2006).

Ainda assim, à universidade não é atribuído um papel central no programa desenvolvimentista, a despeito do reconhecimento de sua importância, inclusive no cenário internacional. No entanto, dada a insatisfação com o programa do governo vigente, os militares tomam o poder em 1964, por meio de golpe. O regime militar (1964-1985) constituiu um dos períodos mais violentos e autoritários que o país conheceu. A despeito do projeto governamental de implantar o capitalismo e combater o comunismo – com o apoio de parte da igreja católica – incluir a universidade, a instituição universitária resistiu à imposição de instituição heterônoma e condicionada. Mas, em grande medida, foi derrotada pelas forças militares, sendo vários intelectuais, estudantes, políticos e militantes presos, exilados ou até mortos. De todo modo, o governo militar investe na infraestrutura universitária, abrindo o campo para o ensino superior privado e mantendo o foco em qualificação profissional. Somente com o fim da ditadura militar o país irá conhecer sua fase mais democrática, com a chamada “Nova República” e sua política de modernização e inserção internacional.

### **Nova República, educação superior e inserção internacional**

Em 1985, é eleito indiretamente o Presidente Tancredo Neves, que falece antes de tomar posse no cargo, assumindo seu vice imediatamente, o qual se ocupa de tentar, infrutiferamente, baixar e controlar a inflação .

Em 1990, por meio de eleições diretas, é eleito Fernando Collor de Mello. Sua meta explícita era a de modernizar o parque industrial e inserir o país na economia global, dadas as políticas e práticas protecionistas então vigentes. De fato, inicia o processo de abertura econômica, dentro do amplo processo da globalização e estabiliza a economia por meio de um programa heterodoxo, que fracassa rapidamente. Durante seu governo é criada a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)<sup>7</sup>. Porém, tal como ocorre mesmo em países europeus, naquele momento a ANDIFES não é considerada um “interlocutor válido” para o governo federal<sup>8</sup>. Neste sentido, Collor jamais estabelece um diálogo com a instituição.

No entanto, escândalos sucessivos culminam com seu *impeachment* e a consequente ascensão do vice-presidente, Itamar Franco, em 1992. Se Collor procura

---

<sup>7</sup> A ANDIFES é a representante oficial das universidades federais de ensino superior (IFES) na interlocução com o governo federal.

<sup>8</sup> Neave (2001).

desmontar a estrutura vigente do ensino superior público, Itamar Franco tenta uma reconciliação, mas seu grande feito, juntamente com seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), é, finalmente, estabilizar a economia, com o lançamento do Plano Real – o que lhe alavanca a eleição como Presidente da República para o período 1995-1998, e a reeleição para o período seguinte (1998-2002). Com a economia equilibrada, o governo promove a Reforma do Estado, na direção da chamada gestão pública gerencial. Como não há indicadores claros de desempenho, a alternativa é controlar os procedimentos. A administração pública gerencial é orientada para o cidadão e visa atender suas necessidades, por meio de descentralização e delegação de autoridade e de responsabilidade ao gestor público, aferindo-se o desempenho mediante indicadores acordados e definidos em contrato<sup>9</sup>, o chamado contrato de gestão. Tal lógica é baseada na *New Public Management* britânica, da então Primeira Ministra Margaret Thatcher, alcançando, também, a educação.

Dentro da proposta de reforma do Estado, para as universidades possuírem autonomia efetiva, deveriam apresentar um desempenho adequado para fazer jus aos recursos financeiros. Tal sistemática tinha como pressuposto subjacente a educação como fator econômico, base do desenvolvimento. Para tanto, o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi sendo ajustado aos interesses governamentais. Na prática, o governo traçava as diretrizes e bases por meio de leis menores, e não por meio de uma política hierárquica, ou seja, partindo da Constituição para ajustar, em seguida, a LDB à Carta Magna. Dessa forma, o governo conseguiu evitar que temas e questões relevantes ficassem de fora da lei.<sup>10</sup>

Diante das medidas, a área educacional sofre grande expansão, novamente do setor privado. Ao mesmo tempo, esgota-se a capacidade de investimento por parte do governo federal<sup>11</sup>. Nos termos de Luis Antônio Cunha, o discurso dominante reelabora a dicotomia «público x privado» em termos de «mediocridade x excelência»<sup>12</sup>, ou seja, o que é público é medíocre e o que é privado é excelente, ainda que o termo «excelência» seja um tanto vago, vazio ou ambíguo, sobretudo no caso universitário<sup>13</sup>. Entretanto, as avaliações demonstraram a qualidade superior das instituições públicas.

---

<sup>9</sup> Pereira (2001).

<sup>10</sup> Cunha (2003).

<sup>11</sup> Macedo et. al. (2005, p.127-148).

<sup>12</sup> Cunha (2003).

<sup>13</sup> Readings (1996).

Diante do direcionamento oficial, os críticos afirmam que

obrigadas a serem competitivas, disputando os poucos recursos disponíveis no setor de produtos, as universidades se submetem a outras normas e outras lógicas, pondo em risco a sua identidade institucional. Como não conseguem atender satisfatoriamente a todas as demandas, muitas vezes, incoerentes e até mesmo contraditórias, de grupos populacionais também pouco organizadas, as universidades passam por instituições socialmente ineficazes e que, portanto, não deveriam ser mantidas com recursos públicos, sempre que avaliadas unicamente pelos critérios e códigos do mercado. Ou seja, as universidades públicas são vistas como um problema para a sociedade, muito mais que como instituições aptas a oferecerem soluções qualificadas para muitos dos desafios do mundo contemporâneo<sup>14</sup>.

É dentro deste “espírito” de que o “privado” é melhor do que o “público” que as universidades são submetidas à política de avaliação de desempenho, baseada na lógica gerencial das empresas privadas, cuja medida de contribuição se dá por meio do estabelecimento de objetivos que podem ser definidos e mensurados quantitativamente, aferindo, portanto, sua “produtividade”. A crítica dirigida a tal política diz respeito ao fato de a universidade assumir a lógica gerencial como sendo a sua lógica de ação, ou seja, deixando de ser uma instituição para ser uma organização de cariz empresarial. Tal situação é observada, inclusive, a partir da linguagem já impregnada e empregada nas universidades públicas, carregada dos mesmos valores e princípios empresariais de origem. Daí o uso de termos como “missão”, “visão”, “resultados”, “eficiência”, “excelência”, “clientes” e assim por diante, cujos significados são absorvidos de forma acrítica e indiscriminada<sup>15</sup>. Obviamente, o processo é muito mais complexo, mas este parece ser o significado que assume a universidade a partir de então. De todo modo, se não faz mais sentido ligar a universidade ao objetivo de realizar o projeto de identidade cultural da nação moderna, por outro lado a perspectiva pós-moderna tem se tornado mais um alibi “em nome do qual os intelectuais denunciam o mundo que lhes nega oportunidade de viver à altura de suas expectativas”<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Dias Sobrinho (1999).

<sup>15</sup> De resto, o significado destes termos é também um tanto vago, sendo variáveis conforme os interesses. É o caso do termo “excelência”, por exemplo, sobre o qual Bill Readings faz uma análise muito interessante, mostrando que o termo pode funcionar como um critério de avaliação para qualquer coisa, pois não tem conteúdo (READINGS, 1996).

<sup>16</sup> Readings (1996, p.14).

## **O governo Lula (2003-2010) e a expansão das universidades: a universidade como agente de desenvolvimento**

Derrotado nas eleições anteriores, o ex-militante sindical e Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio “Lula” da Silva passa a representar a promessa de um governo orientado para a classe dos menos favorecidos e dos trabalhadores, bem como a adoção de políticas contrárias às vigentes. No entanto, para muitos, seu governo foi mais continuidade do que mudança.

Inicialmente, Lula enfrentou uma série de acusações de corrupção envolvendo seus ministros e secretários, antigos amigos, militantes e “parceiros históricos” do PT. No plano econômico, o governo Lula herdou a missão de manter a inflação sob controle e o “medo do mercado” quanto a um governo de “esquerda”. Neste sentido, para muitos, o governo manteve a orientação do governo anterior, embora o argumento contrário é o de que foram criados e ampliados diversos programas sociais dirigidos às classes economicamente inferiores. Ainda no campo econômico, para além da aprovação da Lei de Inovação tecnológica, proposta por FHC, as políticas públicas evidenciam o objetivo de elevar a capacidade de inovação do país e de suas empresas.

No campo da educação, o governo reforma o sistema de avaliação do ensino, criando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Permanece, portanto, a lógica de desempenho e mérito. Em 13 de janeiro de 2005, é lançado o polêmico “Programa Universidade para Todos” (PROUNI), que institui e refere-se “à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% ou de 25% para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos”. Segundo os críticos, o PROUNI consiste na “compra de vagas” nas instituições privadas pelo governo federal, devido à falta de vagas nas públicas. Assim, ao contrário do seu antecessor, o governo atual amplia todos os investimentos na educação superior pública, principalmente federal, baseado na meta de expansão da oferta de educação superior constante do Plano Nacional de Educação de 2001.

Para a expansão, em particular, o governo cria o “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais”<sup>17</sup>, em 2007, cujo objetivo

---

<sup>17</sup> Ver REUNI (2007).

fundamental é dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior.

À época do lançamento do REUNI, o governo havia criado dez novas universidades. No entanto, o programa foi controverso. Em todo o país, ocorreram movimentos estudantis e docentes contrários ao programa, por entenderem que suas metas quantitativas são elevadas demais, o que implicaria a queda de qualidade do ensino superior público. Em alguns casos houve até ocupação de reitorias por alunos.

O programa do governo reflete, em boa parte, a proposta de diversos reitores de universidades federais, a partir do momento em que o governo passa a dialogar com os reitores, com o governo Lula, em 2003. Foi a partir dos encontros com os dirigentes que as medidas apontadas foram implementadas – não sem divergências. No entanto, se o governo FHC foi criticado por adotar uma orientação econômica e social “neoliberal”, o governo Lula também não é poupado, por entender-se que seu ordenamento institucional e político manteve a mesma direção, sobretudo com o lançamento do PROUNI.

Como bem descreve o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2010:

A universidade é uma instituição estratégica para a formação de profissionais altamente qualificados e para a produção do conhecimento, que são indispensáveis para o desenvolvimento econômico e social no mundo contemporâneo. Os processos produtivos dependem diretamente do uso de conhecimento e das inovações tecnológicas. A revolução tecnológica permitiu a constituição de um novo paradigma econômico e produtivo, no qual a disponibilidade de conhecimento e informação concorre em importância com a existência de capital, trabalho, matérias primas e energia. A produção de conhecimento passou a ser o diferencial de riqueza e de poder entre as nações. A ciência e a técnica se tornaram as principais forças produtivas, e a posse de conhecimentos e de informações determina a distribuição e o exercício do poder no interior das comunidades humanas e define a natureza da relação entre os diferentes países do mundo.<sup>18</sup>

Um dos problemas fundamentais reside no próprio entendimento acerca do que se chama de desenvolvimento, por mais que ele seja qualificado tradicionalmente de “econômico e social”. É por isto que os críticos, não apenas, mas, principalmente, no campo da educação, discutem a questão da relação entre o público e o privado, demonstrando que as propostas do governo brasileiro para as universidades (envolvendo a educação superior como um todo) acabam por destruir as fronteiras entre um e outro,

---

<sup>18</sup> Rêgo (2010, p.42).

ao colocá-las sob a égide das regras e da lógica de mercado<sup>19</sup>. Nesse sentido, as propostas são orientadas no sentido de tornar o conhecimento uma mercadoria à disposição do mercado. Ou seja, estaria em jogo “serviços educacionais”<sup>20</sup>. De todo modo, a questão da autonomia não está resolvida, constituindo, ainda um conceito obscuro na prática e um discurso ideológico de diversas matizes.

### **O Governo Dilma Rousseff (2011-2014): a universidade empreendedora?**

A Presidente Dilma Rousseff assumiu a presidência da república em 1 de janeiro de 2011, como uma espécie de “sucessora” do ex-presidente Lula. Em janeiro de 2012, substituindo Fernando Haddad, assumiu como Ministro da Educação o ex-ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. No campo educacional, a presidente deu continuidade ao programa REUNI, cuja terceira fase, anunciada em agosto de 2011, previa a abertura de 250 mil vagas nas universidades federais e 600 mil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET).

Em 14 de setembro de 2011, a ANDIFES – realizou o “Seminário: Pós-Graduação, Inovação e a Expansão das Universidades Federais”, na sede da instituição com a presença de diversas autoridades, dentre elas o Secretário da SESu/MEC, o presidente da CAPES, o presidente do CNPq, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, além de diversos reitores, pró-reitores e mais de cem participantes. Nesta reunião, dentre as diversas apresentações, ficou evidente a concepção que vem se desenhando para as universidades públicas brasileiras: seu papel de agente econômico, por meio de uma ação empreendedora, segundo o modelo preconizado por Burton Clark<sup>21</sup>. Daí, depreende-se que tal como passa a ser considerada, a *universidade empreendedora* deveria ser “o” modelo a ser adotado no Brasil, com a finalidade de inserir o país na competição internacional.

Em dezembro de 2011, reuniu-se a ANDIFES para discutir as propostas da instituição para a educação superior. Nesta reunião, o presidente da instituição ressaltou a importância do REUNI como projeto acordado com o governo Lula, bem como a

---

<sup>19</sup> Leher (2004).

<sup>20</sup> Leher (2001).

<sup>21</sup> Ver: ANDIFES realiza Seminário de Pós-Graduação, Inovação e a Expansão das Universidades Federais. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5733:andifes-realiza-seminario-de-pos-graduacao-inovacao-e-a-expansao-das-universidades-federais&catid=15&Itemid=100](http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5733:andifes-realiza-seminario-de-pos-graduacao-inovacao-e-a-expansao-das-universidades-federais&catid=15&Itemid=100). Acesso em 01/12/2011.

necessidade de sua finalização. Além disto, aponta os desafios colocados às universidades:

- Adequar, academicamente, a universidade às novas demandas advindas da sociedade do conhecimento, que se fortalece cada vez mais neste início de século;
- Formar, estrategicamente, mão-de-obra qualificada para as necessidades sociais, econômicas e com padrões apropriados de sustentabilidade para este *novo ciclo de crescimento e desenvolvimento* que se expressa atualmente no país e no mundo;
- Produzir ciência, tecnologia e inovação para inserir o país, com soberania, na nova ordem mundial do conhecimento;
- Produzir e transmitir conhecimento que promova a igualdade, a inclusão e auxilie na formação de cidadãos emancipados e portadores de conceitos éticos e humanitários<sup>22</sup>.

Seu discurso parece basear-se, fundamentalmente, nos pressupostos da teoria do capital humano, de modo a fornecer indivíduos competentes para alimentar o processo produtivo. O discurso acerca das “demandas advindas da sociedade do conhecimento” denotam tal pressuposto, pois colocam a instituição como ator social que responde ao ambiente competitivo, de modo a se inserir de modo sustentável no novo “ciclo de crescimento e desenvolvimento” na “nova ordem mundial do conhecimento”.

Se, de um lado, a ANDIFES demonstra alinhamento com a política do governo federal – à exceção da questão da autonomia, ainda pendente –, de outro, o movimento docente – e diversos intelectuais e parte do movimento estudantil – não necessariamente compartilha de tal direcionamento<sup>23</sup>.

Finalmente, em 2012, como parte de sua viagem aos Estados Unidos, Dilma Rousseff visitou o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e a Universidade de *Harvard*, com o objetivo de estabelecer parcerias com ambas, para o programa *Ciência Sem Fronteiras*, lançado em 13 de dezembro de 2011 (Decreto 7.642), por meio do qual se pretende enviar, até 2014, cerca de 100 mil alunos brasileiros para uma temporada de estudos no exterior<sup>24</sup>. Desta forma, sinaliza a atenção dedicada ao ensino superior,

---

<sup>22</sup> Retirado do documento “Discurso do Presidente da Andifes na reunião da Andifes com a Presidente Dilma Rousseff (13/12/2011). Disponível em [http://www.andifes.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6043:andifes-se-reune-com-presidente-da-republica-dilma-rousseff&catid=15&Itemid=100](http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6043:andifes-se-reune-com-presidente-da-republica-dilma-rousseff&catid=15&Itemid=100).

<sup>23</sup> Ver Ésther (2012b).

<sup>24</sup> Dilma visita universidades americanas. Estadão.com.br/Educação. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,dilma-visita-universidades-americanas,859354,0.htm>. Acesso em 10 de abril de 2012. Segundo o sítio oficial, “Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de

promovendo a possibilidade de enviar estudantes para fora do país, para centros considerados de “excelência”. Por outro lado, podemos traçar algumas considerações.

Em primeiro lugar, o programa *Ciência sem Fronteiras* tem sido percebido de forma ambígua. Ao mesmo tempo em que representa um avanço da educação superior ao internacionalizar o nível da graduação – o que já vinha acontecendo com a pós-graduação anteriormente –, tem sido percebido grande dificuldade de adaptação e desempenho dos estudantes brasileiros. Por outro lado, assume a busca por inserção internacional.

Em segundo lugar, a ênfase tem sido a prioridade aos cursos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico, como as engenharias, por exemplo, o que corrobora o pressuposto econômico da “sociedade do conhecimento”.

Em terceiro, e um dos maiores problemas no nosso modo de ver, tal programa parece pressupor ou assumir que a expansão das universidades iniciada em 2007 pelo programa REUNI foi um sucesso e estaria consolidado, tendo atingido plenamente seus objetivos. Assim, uma vez que se expandiu o acesso, seria o momento de “ir mais longe”, o que implica adentrar o contexto internacional. Certamente, o acesso foi ampliado, mas os problemas decorrentes e a perda de qualidade não têm sido debatidos, embora apontados pelos sindicatos, por exemplo.

### **Educação superior, desenvolvimento e inserção internacional: Qual universidade? Qual desenvolvimento? Qual inserção?**

É fato que o papel da educação superior no contexto atual é revestido de particular importância, na medida em que indivíduos qualificados tecnicamente são capazes de aumentar a produtividade empresarial, especialmente de atividades portadoras de futuro ou, na linguagem empresarial, de alto valor agregado, ou, ainda, de domínio tecnológico.

---

esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. O projeto prevê a utilização de até 75 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.” Disponível em <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em 14/05/2012.

No caso brasileiro, o sistema educacional vem sendo direcionado, sistematicamente, para formação de mão de obra para o mercado de trabalho. No entanto, no atual contexto de abertura econômica, é a partir da Nova República (especialmente do governo FHC em diante) que o país esboça o redesenho de suas políticas, inclusive a industrial, atrelando-a a formação profissional. É no bojo dessa reorganização do processo produtivo que se intensificou a busca pelo domínio de competências profissionais e do domínio de tecnologia.

Se, de um lado, trata-se de tentar inserir internacionalmente o país no rol das chamadas economias desenvolvidas, de outro, segundo os críticos, na divisão internacional do trabalho, o país continua à margem do domínio tecnológico de cariz competitivo global, ficando sob domínio dos países de capitalismo mais avançado. Assim, permaneceria o Brasil como país periférico na ordem mundial, sendo considerado mais como uma plataforma de produção das grandes corporações e multinacionais globais. Nesse sentido, desde Collor de Mello, passando por FHC, Lula e chegando em Dilma Roussef, o Brasil estaria cada vez mais primarizando sua produção, ou seja, a produção de *commodities* seria a responsável pela competitividade nacional. Em outras palavras, isso mantém o Brasil distante da possibilidade de se tornar um país avançado ou hegemônico. Ao contrário, representaria – junto com outros países, como Rússia, China e Índia, por exemplo – um enorme mercado que daria tempo para os países desenvolvidos realizarem seus ajustes econômicos diante das sucessivas crises recentes.

Nesse sentido, as propostas são orientadas no sentido de tornar o conhecimento uma mercadoria à disposição do mercado. Em sua expressão mais radical, os críticos afirmam que, ao se transferir a autonomia da instituição para o mercado, desinstitucionaliza-se a universidade<sup>25</sup>, que passa a se “configurar como nova instituição que não poderá merecer o nome de universidade”<sup>26</sup>. Assim, a universidade moderna – embora tentada em meados do século XX, no caso do Brasil – deixa de ser dirigida por políticas de Estados-Nações para ser regida por regras de um jogo econômico capitalista sem cabeça, em que as reformas seguem apenas o “rumo do sistema”<sup>27</sup>, como se este fosse o único caminho possível.

---

<sup>25</sup> Sguissardi (2005); Chauí (2001).

<sup>26</sup> Leher (2001, p.155).

<sup>27</sup> Torgal (2008).

Para além disto, é importante destacar que, de certo modo, isto vem ocorrendo de “fora para dentro”, na medida em que os rumos da universidade não estão sendo definidos em seu interior. Neste aspecto, a despeito de se ter implantado um regime democrático após o regime militar – a chamada Nova República –, nem sempre a universidade e demais atores sociais, como sindicatos e associações estudantis foram chamados a um debate efetivo que culminasse com uma política pública que representasse um amplo consenso, ou, no mínimo, um amplo acordo sobre os rumos do ensino superior em geral e da universidade em particular, sobretudo a pública. Por outro lado, a democracia não é apenas um regime político identificado à forma de governo. Ao contrário, é uma forma geral de existência de uma sociedade, na qual o conflito é considerado legítimo e necessário e mediado institucionalmente para que possa ser expresso. Nos termos de Chauí “a democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos”<sup>28</sup>.

É por estas e outras razões que a universidade brasileira – e não apenas ela – acaba por “conformar o ensino e a pesquisa às demandas econômicas, técnicas, administrativas do momento, a se conformar aos últimos métodos, às últimas receitas no mercado, a reduzir o ensino geral, a marginalizar a cultura humanista”<sup>29</sup>. Neste sentido, é fundamental levar em conta que “sempre na vida e na história, a superadaptação a condições dadas foi, não signo de vitalidade, mas anúncio de senilidade e de morde, pela perda da substância inventiva e criadora”<sup>30</sup>.

Diante do exposto, espera-se que o leitor perceba que a discussão em torno da universidade diz respeito a um processo em que as configurações históricas das relações de poder têm impedido ou dificultado sobremaneira a discussão dos diversos atores sociais quanto ao papel e ao significado da universidade. Assim, “determinar quais são os objetivos que deveriam perseguir as universidades e o modo como deveriam fazê-lo não é apenas um processo de negociação entre o mundo da política, do governo e da sociedade. É, sobretudo, um processo pelo qual a comunidade investigadora deve negociar as novas ideias e interpretações que emanam do trabalho que realiza com esses mesmos *sócios sociais*”<sup>31</sup>. Em não o fazendo, as universidades estariam negligenciando

---

<sup>28</sup> Chauí (2001, p.10).

<sup>29</sup> Morin (1997, p.18).

<sup>30</sup> Morin (1997, p.18).

<sup>31</sup> Neave (2001).

um dos elementos centrais de sua identidade institucional: a reflexão crítica e desinteressada, principalmente sobre si mesma.

## REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CUNHA, Luiz Antonio. O ensino superior no octênio FHC. **Educ. Soc., Campinas**, vol.24, n.82, p.37-61, abril, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Concepções de universidade e de avaliação institucional. **Avaliação** (Campinas) [online], v.4, n.2, 1999, p. 29-40.

ÉSTHER, Angelo Brigato . Discursos e percursos identitários da universidade brasileira na Primeira República (1889-1930). **Revista de História das Ideias**, v. 33, p. 421-461, 2012a.

ÉSTHER, Angelo Brigato. A identidade institucional da universidade brasileira segundo atores macrossociais relevantes: convergências e conflitos. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 5, p. 199-221, 2012b.

ÉSTHER, Angelo Brigato. A universidade brasileira: tensões, contradições e perspectivas em sua trajetória. In NETO, Vítor (Coord.). **República, universidade e academia**. Coimbra: Almedina, 2012c.

GUNASEKARA, Chrys. Leading the horses to water. **Journal of Sociology**, vol.42, n.2, 2006, p.145-163

LEHER, Roberto. Para silenciar os campi. **Educ. Soc.,Campinas**, vol.25, n.88, p.867-891, Especial, out.2004.

\_\_\_\_\_. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. In GENTILI, Pablo (Org.). **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001, p.151-187.

MACEDO, A. R., TREVISAN, L. M. V., TREVISAN, P., MACEDO, C. E. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.13, n.47, abr./jun. 2005, p.127-148.

MORIN, Edgard. Imaginários da educação: por uma reforma da Universidade e do pensamento. **FAMECOS**, n.6, junho, 1997.

NEAVE, Guy. **Educación superior: historia y política: estudios comparativos sobre La universidad contemporânea**. Barcelona: Gedisa, 2001.

PEREIRA, L. Bresser. **A administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado**. Texto para Discussão n.09. Brasília: ENAP, 2001 (1996).

READINGS, Bill. **Universidade sem cultura?** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

RÊGO, José Ivonildo do. **O papel da universidade pública.** ANDIFES: 8<sup>o</sup> Seminário Nacional REUNI. Brasília, 27 a 29 de janeiro de 2010

**REUNI** - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais. Diretrizes Gerais. Brasília, 2007. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm). Acesso em 01/10/2009.

TORGAL, Luis Reis. A universidade entre a tradição e a modernidade. **Revista Intellectus.** Ano 07, vol. I, 2008b.